

A matéria publicada é de propriedade da Revista, podendo ser reproduzida total ou parcialmente com indicação da fonte.

The article published is property of the Journal and can be reproduced in whole or in part provided the source.

Fonte: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/about/submissions#copyrightNotice>.

Acesso em: 29 dez. 2014.

REFERÊNCIA

VIEIRA, Márcia Guedes; PINTO, Simone Rodrigues. Visões e significados do trabalho: um olhar histórico. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v.2, n. 2, p. 45-51, 2008 . Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1371/1026>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

Visões e significados do trabalho: um olhar histórico

Márcia Guedes Vieira¹

Simone Rodrigues Pinto²

Resumo:

Existem diversas visões para a concepção de trabalho, e os parâmetros são diversos. Na Grécia antiga notava-se um desprezo pelas atividades não políticas relacionadas apenas à satisfação da subsistência.

De acordo com a perspectiva da sociologia clássica marxista, o trabalho ocupa a centralidade das sociedades. Hoje, o conceito de trabalho está relacionado à modernidade liberal. Sendo assim, a defesa da democracia, da cidadania e dos direitos humanos, como valores dos países ocidentais, deve passar pela defesa do trabalhador e da reflexão sobre as novas relações de trabalho.

Palavras-chave: significados do trabalho, classe, visões, labor, olhar histórico.

Introdução

Como é compreendido hoje, o trabalho só pode ser analisado levando-se em consideração as concepções que surgem a partir do século XVIII, quando passa a ser a fonte da riqueza social.

Antes de Locke descobrir no trabalho a fonte de toda propriedade, de Adam Smith atribuir o valor de troca de um produto ao trabalho gasto para a sua confecção (fonte de toda riqueza), de Marx considerar o trabalho como fonte de toda produtividade e expressão da humanidade do homem, o trabalho era uma

maldição bíblica, relacionado à condenação da vagabundagem, possuindo um valor moral e religioso (Pinto, 1999, p.24).

As variações históricas na compreensão do valor trabalho, principalmente com o advento do Mercantilismo e com a Revolução Industrial, afetaram profundamente nossa sociedade. O trabalho livre perdeu seu caráter de maldição e ganhou conotações de progresso e riqueza. A luta saiu da representação social desta atividade e passou para a defesa de melhores condições de trabalho e o fim do arbítrio patronal.

Este texto procura, ainda que de forma breve, expor um panorama das diversas visões a respeito do trabalho e suas variações históricas. Numa sociedade em que o trabalho ganha um valor central na busca da riqueza e ainda está associado às noções de dignidade, inserção social e legitimidade, não podemos esquecer que houve uma construção teórica e social que marcou essa trajetória. O surgimento da sociedade do trabalho é recente, mas afetou praticamente todas as relações sociais existentes hoje, seja a relação pai e filho, marido e esposa, patrão e empregado.

A concepção do trabalho está associada, hoje, à modernidade liberal, mas compreender suas raízes mais remotas contribui para a reflexão sobre as limitações e fraquezas dessa visão, hoje prevalecente. Este é o principal objetivo do

¹Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990). Mestre em Ciências Sociais pelo CEPPAC/UnB

² Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996), mestrado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1998), doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004) e doutorado sanduíche em Ciência Política - Yale University (2002).

presente texto: contribuir para o debate atual, subsidiando, com uma perspectiva histórica, os enfoques políticos, econômicos, jurídicos e sociais da questão.

Visões sobre trabalho

No livro *A condição humana*, Arendt (2004) apresenta uma distinção entre trabalho e labor, justificando que existem diferentes palavras para designar o ato de trabalhar. Argumenta que todas as línguas europeias possuem duas palavras diferentes para referir-se ao que, para nós, é o trabalho. Apesar de serem etimologicamente diferentes, essas palavras são usadas como sinônimos. E, na Antiguidade,

O desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida em que as exigências da vida na polis consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção (*skhole*) de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço (Arendt, 2004, p. 91).

Na Grécia antiga, havia um desprezo pelas atividades não políticas relacionadas apenas à satisfação da subsistência. E é a partir do final do século V, na polis, que as ocupações passam a ser classificadas de acordo com a quantidade de esforço despendido na atividade. Aristóteles considerava “mais mesquinhas” aquelas atividades que desgastavam mais o corpo. Tinha-se a ideia de que o labor do corpo exigido pelas necessidades físicas era de caráter servil, incluindo-se aquelas atividades que não consistiam em labor, mas serviam para as necessidades vitais. Dessa forma, Arendt (2004) discorda da perspectiva trazida pelos historiadores de que o labor e o trabalho eram desqualificados na Antiguidade porque eram exercidos pelos escravos. Na verdade, a questão é muito mais profunda, pois se acreditava na necessidade de ter

escravos para a realização de atividades de manutenção da vida, consideradas de natureza servil. “Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana” (Arendt, 2004, p. 94). Diferentemente da escravidão na modernidade, que foi utilizada para fins de lucro, na Antiguidade foi uma forma de abolir o labor da vida humana.

O labor estava restrito à esfera privada, porém, com o deslocamento das questões privadas, “caseiras”, “do interior do lar” e da organização da sociedade para o âmbito público, o processo de manutenção da vida foi captado pela esfera pública.

A mais clara indicação de que a sociedade constitui a organização pública do próprio processo vital talvez seja encontrada no fato de que, em tempo relativamente curto, a nova esfera social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de operários e de assalariados; em outras palavras, essas comunidades concentram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida - o labor (Arendt, 2004, p. 56).

Arendt (2004) distingue o labor do trabalho, sendo este responsável pela produção de bens permanentes, duráveis, que deixam vestígios, e aquele, responsável pela sobrevivência do corpo humano.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie [...]. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural” (Arendt, 2004, p. 15).

A autora remete a promoção do labor de uma desprezível atividade à “mais alta categoria” das atividades humanas primeiro a Locke,

quando este o relacionou à propriedade privada; depois, a Adam Smith, que afirmou ser o labor uma fonte de riqueza; e, por fim, a Karl Marx, para o qual o labor seria a origem da produtividade e a expressão da humanidade do homem. Sua principal discordância quanto a essas visões do labor é que elas se referem a labor e trabalho como sendo a mesma coisa.

De acordo com a perspectiva da sociologia clássica marxista, o trabalho ocupa a centralidade das sociedades, pois elas são obrigadas, por meio do trabalho, a realizar o metabolismo da natureza para garantir a sobrevivência física do homem em sociedade, assim como a organização desse metabolismo (Offe 1989)

O modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim (Offe, 1989, p. 14).

Foi no século XIX, com a Revolução Industrial, que o trabalho se personificou na figura do “trabalhador”, tornando-se independente de um sistema formado pelo trabalho, pela família e pelo lazer e marcando a diferença entre o âmbito doméstico e o âmbito do trabalho, assim como entre a propriedade e o trabalho remunerado. Passa a ser designado como o trabalho livre, sem os vínculos feudais e orientado pelo mercado (Offe, 1989).

A proletarianização da força de trabalho e a liberação moral da atividade desencadeada pela utilização industrial dessa força motriz conduzem à predominância da racionalidade do tipo finalístico, cujos dois componentes são mais claramente destacadas em Marx [...]: o componente da racionalidade técnica ao buscar-se fins na relação entre o homem e a natureza, e a racionalidade econômico-estratégica, ao buscar-se fins na relação entre os atores econômicos (Offe, 1989, p. 15).

Para Kurz (1999), do ponto vista exclusi-

vamente histórico e de forma abstrata, o trabalho é simplesmente a exploração econômica tanto da força de trabalho humana quanto da matéria-prima e, por isso, pertence à era moderna. Neste sentido, é adotado “acriticamente” pelos sistemas conflitantes do pós-guerra. Além disso, esse caráter abstrato do trabalho traz também uma definição de sua atividade com uma finalidade em si mesmo. Esse ethos do trabalho caracteriza tanto o sistema burguês como o movimento operário moderno.

O ethos do trabalho ao qual Kurz se refere é aquele explicado por Max Weber na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, em que ele busca elucidar a conexão entre a adesão ou “adaptabilidade” ao capitalismo e fatores religiosos e esclarece que, na relação entre capitalismo e religião,

[...] o trabalho deve ser executado como se fosse um fim absoluto em si mesmo, como uma vocação. Contudo tal atitude não é produto da natureza. Não pode ser estimulada apenas por baixos ou altos salários, mas só pode ser produzida por um longo e árduo processo educativo (Weber, 2006, p. 55).

Para Weber (2006), isso expressa um tipo de sentimento muito ligado a certas ideias religiosas. Por isso, o aspecto principal da ética de ganhar mais e mais dinheiro é a isenção de prazer, por meio da qual o homem é dominado pelo dinheiro e o trabalho é pensado como um fim em si mesmo e não mais subordinado à ideia de ser apenas um meio para a satisfação das necessidades materiais da vida. Desse modo,

o princípio protestante do esforço abstrato e desvinculado de conteúdos sensíveis não é apenas um princípio ético, uma vez que sua ética específica provém daquele conjunto de formas sociais em que o trabalho se transforma numa atividade que traz em si sua própria finalidade, e a sociedade, numa máquina destinada ao dispêndio de força de trabalho (Kurz, 1999, p. 21).

Para Kurz (1999), em nenhum outro lugar esse ethos foi colocado em prática com

tanto empenho como o que ocorreu nas sociedades do socialismo real, pois, enquanto no antigo protestantismo o trabalho abstrato foi colocado a serviço da religião, o movimento operário socialista transformou o trabalho em uma religião secularizada.

Esse significado do trabalho é muito diferente daquele sistema que Weber (2006) chamou de “tradicionalismo”, no qual os trabalhadores não desejam “naturalmente” ganhar mais dinheiro, mas somente ganhar o necessário para viver.

Karl Marx identificou diferentes faces do trabalho e revelou a complexidade e a importância dessa categoria nas diversas sociedades e na vida do indivíduo. Demonstrou que a sociedade, as relações sociais, são formadas pelas relações de produção, pois, na produção, os homens atuam não só sobre a natureza, mas também uns sobre os outros.

A sociedade antiga, a sociedade feudal, a sociedade burguesa, são exemplos de conjuntos de relações de produção, em que cada um deles caracteriza ao mesmotempo uma etapa específica de desenvolvimento na história da humanidade (Marx, 1987, p. 32).

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (Marx, 1980, p. 202). O autor caracteriza o trabalho como atividade vital, como vida produtiva, que é nada mais que o meio para satisfazer a necessidade de manutenção da existência física. Porém, Marx (1989, p. 156) destaca que “a atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade animal. É precisamente só por isso que ele é um ser genérico. Só por isso a sua atividade é uma atividade livre”. É a atividade vital consciente que distingue o homem do animal, pois este não se distingue da sua atividade vital, enquanto que o homem faz da atividade vital um objeto da sua consciência, do seu bem-querer.

Ao trabalhar o mundo objetivo, o homem primeiro se prova como um ser genérico. É a partir dessa perspectiva que Marx vai demarcar sua discussão sobre o trabalho alienado como aquele que tira do homem o objeto de sua produção; que “lhe arranca a sua vida genérica, a sua objetividade genérica efetivamente real e transforma a sua vantagem ante o animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza” (Marx, 1989, p. 157).

Ao estudar o modo de produção capitalista, Marx (1980) afirma que a riqueza das sociedades capitalistas é materializada na acumulação de mercadoria, composta pela relação valor de uso e valor de troca, cuja forma é expressa pelo produto e pela força de trabalho. Esta é a mercadoria do operário assalariado, vendida ao capital para garantir a sua sobrevivência. “Mas a manifestação da força de trabalho, o trabalho mesmo é a atividade vital própria do operário, a sua maneira específica de manifestar a vida (Marx, 1987, p. 22).

Para Batista (2002, p. 231), a visão de Marx sobre o trabalho “reflete um modo mítico de compreensão do trabalho artesanal, pré-capitalista”. O modo de produção capitalista foi interpretado por Marx como alienação do trabalho, a perda do controle do processo produtivo e o “estranhamento” do trabalhador com relação à sua atividade. Essa perspectiva delimitou historicamente o passado e o presente, sendo o primeiro relacionado ao trabalho artesanal e agrícola, e o segundo, ao trabalho fabril e urbano. As péssimas condições de trabalho vividas pelos trabalhadores pobres nas fábricas foram contrastadas com o trabalho artesanal, no qual a relação do homem com sua atividade parece ter sido muito melhor.

O mito do trabalho artesanal e/ou agrícola como trabalho libertário será transformado em utopia, que exigirá, dos trabalhadores, não apenas olhar em direção ao futuro, mas também lutar pela sua manifestação/repetição na história (Batista, 2002, p. 232-233).

Outra discussão que vem sendo feita por uma linha de estudiosos do trabalho na Sociologia, atualmente, argumenta que a categoria trabalho vem perdendo sua centralidade na vida dos indivíduos; que a produção acadêmica tem abandonado a categoria trabalho como fundamental para analisar a realidade social e que outras categorias têm sido utilizadas, tais como sexo, idade, status familiar, etnia, etc. (Offe, 1989). Parece haver um consenso, nesse meio, de que muitos conflitos políticos e sociais em sociedades ocidentais não podem ser compreendidos como originários das relações de produção. Eles dizem respeito

a conflitos que são por assim dizer introduzidos de fora para dentro da esfera da produção, e nela encontram [...] freqüentemente a resistência cerrada do trabalho e do capital, de nenhum modo divididos em função de interesses políticos ou de classe (Offe, 1989, p. 35).

Antunes (1995) vem problematizar essa perspectiva e afirmar que apesar das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, este ainda tem muita relevância social na atualidade, assim como a classe-que-vive-do-trabalho continua a existir e não há perspectiva de sua extinção. Para o autor, não é possível concluir que o trabalho perdeu sua centralidade quando sociedades vivem da produção de mercadorias.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho interferiram profundamente na forma de ser da classe trabalhadora (ou *classe-que-vive-do-trabalho*), ficando mais heterogênea, fragmentada e complexificada, tendo como uma de suas tendências a diminuição da classe operária tradicional, de um lado, ou a efetivação de uma ampla expansão do trabalho assalariado, e

também uma “subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à economia informal, entre tantas modalidades existentes” (Antunes, 1995, p. 44). Isso gera uma série de categorias de trabalhadores com salários baixos e empregos precários, a desregulamentação das relações de trabalho; a consequente diminuição de direitos sociais e também da capacidade de organização e proteção sindical, tendendo à individualização da relação salarial.

Antunes (2006) demonstra que a formulação de Offe (1989) é contradita ao se observar uma das novas tendências atuais do mundo do trabalho, a expansão dos assalariados do setor de serviços, que incorporou trabalhadores vindos do processo de reestruturação produtiva industrial e da desindustrialização. Contudo, o setor de assalariados médios e de serviços vem sendo afetado também por modificações tecnológicas, organizacionais e de gestão, tendo que se submeter cada vez mais à lógica do capital. O autor refere-se a uma relação crescente entre o setor de serviços e o mundo produtivo, assim como uma subordinação do primeiro ao segundo, pois o assalariamento dos trabalhadores do setor de serviços cada vez mais se parece com a lógica e a racionalidade do setor produtivo. Nas palavras do autor:

Veja-se, por exemplo, o caso da intensa diminuição do trabalho bancário ou da monumental privatização dos serviços públicos, com seus enormes níveis de desempregados, durante a última década (Antunes, 2006, p. 111).

A flexibilização que caracteriza o capitalismo atual é uma das principais responsáveis

¹ “A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos [...]. Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. [...] engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo [...] de criação de mais-valia” (Antunes, 2006, p. 102).

pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho e, de acordo com Sennett (2006), está acarretando também uma mudança no próprio significado do trabalho. A flexibilidade é mais uma maneira do exercício da opressão do capitalismo. É exigido hoje do trabalhador mais agilidade e capacidade de adaptação às mudanças a curto prazo e que não se prendam a procedimentos formais e a leis. A perspectiva da flexibilização vende a ideia de que o trabalhador terá mais liberdade de definir sua vida, porém, o autor enfatiza que o que ocorre é a criação de novos padrões de controle, difíceis de entender para os trabalhadores. Além disso, a maior confusão acarretada é sobre o caráter pessoal.

Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojatadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível (Sennett, 2006, p. 10-11)

O psiquiatra Dejours (2001), ao estudar a sociedade francesa, afirma que a origem de sofrimento e injustiça nessa sociedade está ligada principalmente ao desemprego e que, por isso, o trabalho é o “grande palco” dessas situações. Isso ocorre tanto para os trabalhadores excluídos do emprego quanto para aqueles que se encontram empregados.

Indubitavelmente, quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desempregado crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressivo, sofre. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física, pois ataca os alicerces da identidade (Dejours, 2001, p. 19).

De acordo com Nunes e Soria (1996), o trabalho ou qualquer emprego é o que garante ao indivíduo não ficar à margem e ser reconhecido como uma pessoa que tem direitos.

Do ponto de vista do trabalhador, ele interioriza, na socialização, no espaço social, que qualquer trabalho vale por isso. Trata-se de um dado tácito da regulamentação da ordem social. Individualmente ou junto com sua categoria e seus representantes, ele sabe do desprestígio e dos lugares diferenciados. A realidade é que, nessa dinâmica, não é qualquer emprego (mesmo com proteção) que permite uma cidadania, reforçando ainda a idéia de que o trabalho é o elo central da construção da cidadania (Nunes; Soria, 1996, p. 263).

As análises de Antunes (1995) e de Sennett (2006), assim como as de Dejours (2001), mostram que as questões relacionadas ao mundo do trabalho, mesmo com as suas transformações, mobilizam a vida dos trabalhadores, que lutam para se adaptar e corresponder a essas mudanças, ao contrário das teses sobre a perda da centralidade da categoria trabalho no universo humano.

Conclusão

Atualmente, com os altos índices de desemprego nos países centrais (Europa e EUA), devemos questionar não somente suas causas, mas também os reflexos para a sociedade como um todo. Apesar de o capitalismo acenar com as idéias de oportunidade para todos, liberdade e consumo, o novo trabalhador se vê inserido numa sociedade dualista e excludente. O desemprego de longa duração e o aumento da precariedade das relações de trabalho aproximam mais o trabalhador atual ao pauperismo do século XIX do que ao ideal de trabalhador da sociedade pós-industrial, polivalente, qualificado e independente (Pinto, 1999, p. 21).

As consequências do esfacelamento dos laços sociais que envolvem o trabalhador podem

ser muito mais danosas do que imaginamos. A defesa da democracia, da cidadania e dos direitos humanos, como valores dos países ocidentais, deve passar pela defesa do trabalhador e da reflexão sobre as novas relações de trabalho. As tensões entre o “mercado”, o Estado e a classe trabalhadora transformam as políticas trabalhistas em um intrincado jogo de interesses e palco de debates acalorados. Um olhar histórico pode contribuir para que o caminhar seja, ainda que não menos difícil, um pouco mais seguro.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. 158 p.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 261 p.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Tradução de Roberto Raposo e Posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 354 p.

BATISTA, Analía Soria. “O trabalho como mito e como utopia.” Estudos de Sociologia. Recife, ano 8, n.1 e 2, p.231-251, 2002 (UFPE - Pós-Graduação em Sociologia)

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 160 p.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 231 p.

MARX, Karl. “Trabalho alienado e superação

positiva da auto-alienação humana.” In: FLORESTAN, Fernandes (Org.). K. Marx F. Engels História. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Trabalho assalariado e capital. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 1987. 63p. (Coleção Bases, 27)

NUNES, Christiane Girard Ferreira; SORIA, Analía L. “Crise econômica e crise na cultura do trabalho.” Revista Sociedade e Estado. Brasília, v. XI, n. 2, jul./dez. 1996.

OFFE, Claus. “Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da ‘sociedade do trabalho’”. A Crise. Tradução de Gustavo Bayer. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 215 p.

PINTO, Rafael da Silva. Flexibilização trabalhista e jornada de trabalho no Brasil: em busca de uma coerência democrática. Dissertação de mestrado – PUC, Rio de Janeiro, 1999.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 204 p.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2006. 230 p.